

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense
TEXTOS PARA DISCUSSÃO
UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense
Faculdade de Economia
Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)
Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700
<http://www.uff.br/econ>
esc@vm.uff.br

**Pobreza como privação de
liberdade: o caso da favela
do Vidigal no Rio de Janeiro**
Larissa Santos e Celia Lessa
Kerstenetzky
TD 223
Agosto/2007

© Larissa Santos – mestre em Economia pela UFF, economista da Petrobrás; Celia Lessa Kerstenetzky – professora titular da Faculdade de Economia da UFF, coordenadora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento/UFF. Endereços eletrônicos: larissamns@terra.com.br e celiakersten@gmail.com.

POBREZA COMO PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: O CASO DA FAVELA DO VIDIGAL NO RIO DE JANEIRO

Larissa Santos¹

Celia Lessa Kerstenetzky²

Resumo

O objetivo deste trabalho é aplicar o conceito de pobreza como insuficiência de capacidades básicas, desenvolvido por Amartya Sen, na aferição das condições de vida de moradores da favela do Vidigal no Rio de Janeiro. A partir de questionários aplicados a uma amostra da população, foi possível calcular um índice de bem-estar para o Vidigal, o qual denominamos “Índice de Liberdade”(IL). O IL baseia-se em 13 funcionamentos (estados e ações valiosos para vida humana), sendo estes mensurados através de 60 indicadores, os quais incluem tanto aspectos universalmente relevantes para o bem-estar individual, quanto particularidades do contexto de uma favela. A análise de nossa amostra revelou que a renda média dos moradores dos Vidigal não permite que os enquadremos como pobres em renda, embora estes possam muito provavelmente ser considerados pobres em liberdade, ou ainda, estar situados na iminência da extrema pobreza. Mais do que isto, a pesquisa mostrou que a violência vem atravessando quase todas as realizações de moradores de favela, permeando os laços de amizade, de modo que até mesmo o capital social tradicional, a maior riqueza da favela, vem sendo erodido pela violência.

Abstract

The objective of this paper is to apply the concept of poverty as a lack of basic capabilities, developed by Amartya Sen, in the evaluation of the life conditions of Vidigal slum dwellers in Rio de Janeiro. A welfare index for Vidigal population, named "Freedom Index" (FI), was calculated from interviews with a population sample. The FI is based on 13 functionings (valuable beings and doings for human life), which are measured with 60 indicators, including both universally relevant aspects of individuals welfare and specificities of a slum context. The analysis of our sample showed that the average income of the slum dwellers does not allow us to consider them as poor in income, although they may be well considered as poor in freedom, or even, located in the threshold of extreme poverty. More than that, the present research showed that violence crosses almost the entire accomplishments of the slum dwellers, permeating friendship ties, in such a way that even the traditional social capital, the largest slum richness, is being eroded by violence.

Cód. JEL: A14

Palavras-chave: "pobreza" , "favela" , "Vidigal" , "capacitações" , "funcionamentos"

Key words: "poverty" , "slum" , "Vidigal" , "capabilities" , "functionings"

¹ Mestre em Economia pela UFF.

² Professora titular do Departamento de Economia da UFF, pesquisadora do CNPq.

Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro³

Larissa Santos

Celia Lessa Kerstenetzky

Introdução:

O objetivo deste trabalho é aplicar o conceito de pobreza como insuficiência de capacitações básicas, desenvolvido por Amartya Sen, na aferição das condições de vida de moradores de favela no Rio de Janeiro. A motivação para este trabalho decorreu da percepção de que mesmo que não possam ser considerados pobres em termos de renda média, os moradores de favela são, de algum modo, identificados como pobres nos juízos ordinários feitos pela população. Estariam estes juízos equivocados?

Alguns pesquisadores tentaram mostrar que sim: a renda média das favelas cariocas, de um modo geral, supera as linhas de pobreza utilizadas em trabalhos técnicos e acadêmicos⁴; as favelas seriam, ainda, ricas não apenas em capital social, como também em “liberdade urbanística”⁵. Nossa pesquisa de campo no Vidigal constatou que a renda média de seus moradores de fato não permite que os enquadremos como pobres em renda, porém a hipótese da riqueza do capital social não se confirmou. Em sentido mais amplo, utilizando o conceito de pobreza como privação de liberdade que explicaremos a seguir, constatamos que os moradores de favelas podem ser considerados pobres, e mesmo muito pobres. O conceito de liberdade adotado é mais abrangente do que o utilizado nas análises que consideram sintoma de liberdade a ausência do Estado na regulação da edificação nas favelas.

1) Pobreza: utilidades, renda ou capacitações?

A conceituação de pobreza parte da identificação das variáveis relevantes para o bem-estar de uma pessoa, as quais Sen denominou “objetos-valor” – coisas portadoras de valor intrínseco. Estas variáveis constituem o “espaço avaliatório” ou “base informacional”; o que distingue uma abordagem de outra é, essencialmente, o espaço avaliatório considerado.

Na abordagem utilitarista, a base informacional é a satisfação das preferências – ela é a *proxy*

³ A pesquisa de campo na qual este artigo se baseia foi desenvolvida na dissertação de mestrado “Pobreza como Privação de Liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro”, 2007, de Larissa Santos, orientada por Celia Lessa Kerstenetzky.

⁴ Ver Valladares (2005), Silva, L.M. da (2005) e Sousa e Silva (2005).

⁵ Ver Abramo (2002).

do bem-estar das pessoas. O principal problema desta abordagem é o seu subjetivismo extremo: as pessoas acabam desenvolvendo preferências adaptativas⁶, no sentido de que acabam ajustando seus desejos e aspirações às suas possibilidades, tendendo a desenvolver preferências “baratas”, quando são pobres (“se satisfazem com pouco”), e “caras”, quando são ricas (“se satisfazem apenas com muito”). Na abordagem da renda, a renda é o espaço avaliatório. Contudo, embora em uma economia de mercado a renda seja um importante recurso para o bem-estar, pois permite o acesso a uma ampla gama de bens e serviços, há componentes do bem-estar que não são diretamente adquiríveis com renda como segurança, saúde, educação e proteção social. Além disso, a renda é insensível à variação física e social entre indivíduos e grupos: indivíduos com condições físicas diferentes, por exemplo, convertem a mesma renda em níveis diferentes de bem-estar.

É possível desenvolver-se um conceito de bem-estar que, reconhecendo uma certa objetividade nos “objetos-valor”, dê conta, ao mesmo tempo, da variedade de objetos-valor e da diversidade humana? Os indicadores de pobreza multidimensional se aproximam do primeiro objetivo; a abordagem dos funcionamentos e capacitações proposta por Sen tenta abranger os dois problemas.

2) Pobreza como insuficiência de capacitações básicas

Para Sen (2000), a pobreza deve ser vista como “privação de capacitações básicas”, em vez de mera insuficiência de renda ou de acesso insuficiente a recursos.

O estudo da concepção de pobreza como “privação de capacitações” requer o entendimento de dois conceitos centrais: funcionamentos (*functionings*) e capacitações (*capabilities*).

Funcionamentos podem ser entendidos como um conjunto de ações e estados valiosos para o viver humano, os quais podem variar de questões elementares, como estar adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a coisas mais complexas como ter respeito próprio e participar da vida comunitária. Funcionamentos refletem a qualidade da vida de fato vivida.

A valoração de um estado ou ação varia substancialmente entre grupos e sociedades, portanto, a noção de funcionamento é essencialmente plural. Porém, haveria um grupo de funcionamentos universalmente importantes, no sentido em que “qualquer vida digna só se realiza se eles se realizam.” Exemplos seriam: estar bem alimentado,

⁶ Cf. Sen (1990).

escapar da morte prematura, estar livre de doenças que podem ser evitadas.

Ao considerar a noção de funcionamentos, Sen desloca o foco do bem-estar da esfera do *ter* –mercadorias, bens –, para o espaço do *ser* e *fazer* – estados e coisas valiosas para o bem-estar individual: “O valor do padrão de vida repousa na vida, e não na posseção de mercadorias, a qual tem relevância derivada e variável.” (Sen, 1990, p.25)⁷. Em função da ênfase no *ser/fazer*, a abordagem dos funcionamentos se torna apta a captar diferentes “taxas de conversão” de “teres” (recursos) em “seres/fazeres” (realizações) entre indivíduos e grupos, diferenças normalmente descuradas em abordagens que têm como fonte de informação exclusiva o acesso a recursos. Esse é o aspecto da humanidade diversa, devido a heterogeneidades pessoais, diversidade ambiental, variação no ambiente social e diferenças de perspectivas relativas e de formas de distribuição de recursos na família⁸.

Se, por um lado, os funcionamentos são os elementos constitutivos do bem-estar individual, as capacitações, por sua vez, representam as oportunidades de escolha por diferentes conjuntos de funcionamentos. Enquanto o funcionamento representa o que a pessoa consegue de fato realizar em sua vida, a capacitação significa a liberdade que ela tem para escolher entre um tipo de vida ou outro. O conjunto de oportunidades de escolha à disposição de uma pessoa constitui o seu “conjunto capacitário”. Quanto maior o número de combinações alternativas de funcionamentos abertos aos indivíduos, maior será sua liberdade para escolher: “Tal como o assim chamado “conjunto orçamentário” no espaço de mercadorias representa a liberdade de uma pessoa para comprar combinações de mercadorias, o “conjunto capacitário” [*capability set*] reflete, no espaço de funcionamentos, a liberdade da pessoa para escolher dentre vidas possíveis.” (Sen, 2001, p.80)

A liberdade de escolha dos indivíduos - na medida em que depende de elementos vários como os serviços de educação e saúde, os direitos políticos e civis, a assistência social, a participação na comunidade, o respeito próprio, o capital social, o acesso ao crédito e à terra, o tipo de emprego, formal ou informal - estaria determinada pelas disposições econômicas, sociais e políticas vigentes na sociedade.

Na abordagem das capacitações, a liberdade é importante por três razões distintas (Sen, 2001):

⁷ Ver Kerstenetzky (2000) para uma análise desse aspecto e, de um modo geral, do papel que os temas pobreza e desigualdade ocupam na obra teórica de Sen.

⁸ Ver Sen (2000) para um detalhamento dessas fontes de variabilidade humana.

1) Constitutivamente: ter mais liberdade é uma realização em si mesma; essa liberdade é tanto substantiva quanto formal, e inclui ter condições de evitar a fome, a subnutrição, doenças que podem ser prevenidas e a morte prematura, bem como o acesso ao conhecimento, à participação política, e à liberdade de expressão e outros direitos civis. Possuir esta liberdade é algo que tem valor independentemente de se usufruir ou não dela;

2) Instrumentalmente: o exercício dessas liberdades é importante também porque ele permite que se alcancem outras realizações. Sen (2000) classifica a liberdade instrumental em cinco tipos: (i) liberdades políticas, (ii) facilidades econômicas, (iii) oportunidades sociais, (iv) garantias de transparência e (v) segurança protetora. As liberdades políticas, incluindo os direitos políticos e civis, referem-se às oportunidades que os indivíduos têm de escolher seus governantes e seu partido político, à possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades que os representam e de se expressar politicamente sem interferência da censura, entre outras. Trata-se de direitos políticos e civis associados às democracias em sentido amplo. As facilidades econômicas representam as oportunidades que as pessoas têm para utilizar recursos econômicos destinados ao consumo, produção ou troca. O crescimento da renda, o bom funcionamento dos mercados, a estabilidade dos preços relativos e a disponibilidade de acesso ao crédito e à terra contribuem muito favoravelmente para expansão dos “intitamentos” (*entitlements*) econômicos de uma pessoa. Oportunidades sociais incluem as disposições nos sistemas de educação e saúde, as quais são importantes não só para a qualidade de vida individual como também para a participação na vida política e econômica. Por exemplo, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de se comunicar por escrito. As garantias de transparência estão associadas às relações de confiança que as pessoas estabelecem entre si em uma comunidade, ou seja, ao capital social. Esta confiança amplia a liberdade de as pessoas se relacionarem sob garantias de sinceridade e clareza, contribuindo para redução da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas. A segurança protetora abrange a rede de segurança social necessária para impedir que as camadas mais pobres atinjam a miséria absoluta. Incluem-se aqui os programas de transferência de renda, o seguro desemprego, a distribuição de alimentos em caso de fomes coletivas, bem como a criação de empregos públicos de emergência destinados aos necessitados. As liberdades instrumentais não só aumentam a capacitação geral de uma pessoa, como também se reforçam mutuamente. A ampliação das oportunidades sociais, como a melhoria do sistema de educação, pode contribuir para elevação das oportunidades econômicas, como o acesso ao crédito, por exemplo. No sentido inverso, o crescimento

econômico favorece o aprimoramento dos serviços de saúde e educação. E, no sentido amplo, uma pessoa com escolaridade e saúde adequadas e acesso ao crédito terá certamente maior liberdade para escolher (maior capacitação geral).

3) Possibilita que o indivíduo realize sua condição de agente: A liberdade é um determinante essencial da iniciativa individual e da eficácia social: “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.” (Sen, 2000, p. 33). Este potencial corresponde à condição de agente de uma pessoa. Um indivíduo desempenha sua condição de agente quando provoca mudanças a partir de suas ações econômicas, sociais e políticas conscientes, atuando como membro efetivo da sociedade; a condição de agente refere-se à busca de objetivos e valores, estejam estes ligados ou não ao bem-estar pessoal direto (podem almejar o bem-estar de outros: da família, da comunidade). Esta atuação dos indivíduos é fundamental no combate às diferentes formas de privação de liberdade. No entanto, ela está diretamente associada às oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispõem, não dependendo exclusivamente de sua iniciativa individual. Existe, assim, um encadeamento entre a condição de agente a as disposições econômicas, políticas e sociais vigentes: quanto mais inclusivas as disposições institucionais, maior a chance de o indivíduo desempenhar sua condição de agente, e quanto maior o número de pessoas exercendo esta condição, melhores serão as disposições institucionais existentes. O desenvolvimento, afirma Sen, “consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.” (Sen, 2000, p. 10).

Uma vida sem oportunidades de escolha e sem escolhas genuínas será, inevitavelmente, uma vida pobre. Na realidade, Sen, como já dito, define pobreza como privação de capacidades *básicas*, isto é, privação de liberdade para realizar aspectos da vida sem os quais o “valor” desta se torna muito baixo.

Para estimar a pobreza de grupos ou indivíduos, na prática, dada a dificuldade de se conseguir informações a respeito do conjunto capacitário completo, opta-se por avaliar o bem-estar individual com base nos funcionamentos efetivamente realizados, os quais são mais diretamente observáveis, e inferir a liberdade de escolha a partir das realizações. A idéia é que seria razoável inferir a partir de informações sobre as insuficientes realizações conjuntas de uma pessoa que, por exemplo, sua subnutrição decorra mais provavelmente de sua falta de opções do que de uma escolha livre por jejuar. Passamos a seguir a uma aplicação possível desse esquema conceitual.

3) Operacionalizando o conceito de privação de liberdade: O estudo de caso na favela do Vidigal

3.1 Descrição preliminar

O estudo de campo foi realizado na comunidade do Vidigal, localizada entre os bairros cariocas do Leblon e São Conrado, entre os dias 3 de fevereiro e 4 de março de 2007. A escolha desta comunidade deveu-se a 2 fatores: (i) o fato de esta favela não ser considerada pobre do ponto de vista da renda familiar média per capita e de acesso a serviços públicos básicos – a renda média supera a linha de pobreza do Ipea e o acesso a serviços de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo é amplo, ainda que não universal; (ii) o acesso foi facilitado pelo conhecimento de alguns moradores, já que, como um bom número de favelas cariocas, esta é controlada pelo tráfico.

3.2. Metodologia

3. O questionário

A operacionalização da abordagem de pobreza de Amartya Sen tem privilegiado a medida dos funcionamentos em detrimento da medida das capacitações. Isso decorre, como já dito, da maior dificuldade em se observar diretamente o conjunto capacitário dos indivíduos (sua liberdade para escolher) comparativamente aos seus funcionamentos realizados. Supõe-se, portanto, que os funcionamentos sejam indicadores indiretos da liberdade para escolher, isto é, assume-se que se um indivíduo não conseguiu realizar um funcionamento é porque ele teve alguma privação de liberdade de escolha para realizá-lo (por exemplo, se a pessoa não se considera adequadamente alimentada ou vestida ou abrigada ou protegida é porque ela não teve a opção de estar em melhor condição). Elaborou-se, então, um questionário que buscasse estimar, através de respostas a perguntas em geral qualitativas, o quanto as famílias do Vidigal estão atingindo funcionamentos importantes.

As perguntas do questionário foram formuladas a partir de indicações genéricas da abordagem das capacitações, buscando abranger os tipos de liberdade descritos por Sen, bem como da observação e do conhecimento de formas de privação de liberdade específicas, que acometem os moradores de favelas cariocas. A escolha da lista de funcionamentos é até certo ponto arbitrária e jamais exaustiva. Seguindo Sen, há realizações “universais”, que poderiam ser consideradas importantes em qualquer sociedade, mas há outras que são contexto-dependentes por terem mais sentido na estimação do grau de realização de grupos ou comunidades pobres ou com tipos especiais de privação.

Identificamos treze funcionamentos relevantes que consideramos capazes de reunir aspectos universais e de contexto-dependência: 1) morar bem; 2) ser saudável; 3) realizar um trabalho gratificante; 4) ter boa escolaridade; 5) ter os filhos protegidos; 6) comer adequadamente; 7) vestir-se adequadamente; 8) ter acesso a serviços básicos; 9) não sofrer preconceito; 10) viver sem medo; 11) participar da vida da comunidade; 12) participar da vida associativa da cidade; e 13) ser feliz e ter orgulho próprio. Eles combinam realizações associadas a consumo de bens e serviços, a atividades valiosas (trabalho, participação cívica e política, não sofrer preconceito), a estados objetivos (ser escolarizado, ter os filhos protegidos, viver sem medo) e percepções subjetivas (ser feliz e ter orgulho próprio). Observar que não incluímos a renda como um funcionamento, isto é, não consideramos neste trabalho a renda como uma realização – porém, ela aparece indiretamente nas informações sobre consumo adequado ou não de certos bens; além disso, reservamos a informação sobre a renda para observar a correlação entre ela e nossa medida de realização.

Na avaliação de cada um dos funcionamentos procedemos a perguntas que buscassem aferir, por meio de diferentes indicadores, aspectos mais contexto-referentes - por exemplo, no funcionamento “morar bem”, perguntamos sobre se a pessoa é de algum modo impedida de chegar ou sair de casa, ou se a casa tem reboco e é bem ventilada. O questionário foi composto de 91 perguntas, sendo 69 binárias, i.e., cujas respostas sejam sim ou não. As demais perguntas, não-binárias, foram inseridas para nos auxiliar na análise qualitativa dos resultados, de modo a revelar, sempre que possível, mecanismos causais.

Para cada funcionamento há um número diferente de indicadores, dependendo da abrangência do mesmo, porém não da sua importância. Por exemplo, o funcionamento “morar bem” foi avaliado por meio de oito indicadores, ao passo que “comer adequadamente” incluiu apenas dois. Isto não significa que “morar bem” seja mais importante que “comer adequadamente”, apenas ocorre que o funcionamento morar bem é mais complexo. Além disso, os indicadores de funcionamentos procuraram incluir aspectos objetivos (“sua casa tem reboco?”, “tem ventilação adequada?”) e subjetivos (“você é feliz?”, “já foi vítima de preconceito?”, “gostaria de ter estudado mais?”) do bem-estar, levando em conta particularidades locais, e também uma perspectiva de direitos (“você possui escritura de sua casa?”, “já foi impedido de entrar nela?”) e de liberdade de agência (“participa em associação na comunidade ou na cidade?”), em atendimento à complexidade da liberdade como discutido na seção 2. Notar que, na abordagem da liberdade, a multi-dimensionalidade não se restringe a estimar o bem-estar como consumo padronizado de bens e serviços, mas almeja o bem-estar em dimensões não padronizadas (levando em consideração as particularidades contexto-referentes), as

percepções de bem-estar, o respeito a direitos (direito à propriedade, liberdade de ir e vir) e à condição de agente das pessoas (se elas têm a liberdade de intervir na decisão sobre aspectos relevantes de seus destinos).

Ao final do questionário, incluímos uma pergunta cujo objetivo é atribuir pesos aos diferentes funcionamentos avaliados nesta análise. Procurou-se saber qual a importância que cada informante atribuía a cada um dos funcionamentos, para tanto, foi solicitado que eles os avaliassem através de notas 1, 2 ou 3. Esse procedimento se deveu ao nosso desejo de diminuir o grau de arbitrariedade na produção do Índice Sintético, fazendo com que a distribuição de pesos entre os funcionamentos resultasse de uma escolha social simples, em que o ranking dos funcionamentos seria dado pela aplicação da regra da maioria.

3. Índice de Liberdade (IL)

Com base no questionário, pudemos calcular um índice de bem-estar para a população do Vidigal, o qual denominamos “Índice de Liberdade”. O cálculo do Índice de Liberdade parte de uma metodologia até certo ponto similar à adotada por Paes de Barros et al (2003) na construção do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), um índice multidimensional de pobreza que se propõe a adotar uma base informacional mais abrangente que os tradicionais IDH e ICV (IPEA). O IDF contempla 6 dimensões da vida humana, as quais são investigadas por meio de 48 indicadores retirados das PNAD9. O Índice se baseia essencialmente no acesso a, e no consumo de, bens e serviços, incluindo aspectos contexto-referentes, porém não incluindo realizações subjetivas, perspectiva de direitos e de livre agência. O IL, por seu turno, baseia-se em 13 funcionamentos, sendo estes mensurados através de 60 indicadores obtidos a partir dos questionários, incluindo os aspectos referidos acima. Seguindo o procedimento de cálculo adotado por Paes de Barros et al, a estimação do IL consiste nas seguintes etapas:

- 1) Cada indicador é, na realidade, uma pergunta que se faz à moradora. Se a resposta à pergunta indicar uma limitação à realização do funcionamento, atribui-se valor 0 (zero) a este indicador. Por exemplo, no funcionamento “morar bem” se o informante responde ‘SIM’ à pergunta: “Já houve desabamento próximo à sua casa?”, computa-se 0 (zero) para este indicador (a pergunta), se ele responde ‘NÃO’, computa-se 1 (um).
- 2) Calcula-se, então, o IL para cada família. Obtém-se inicialmente o IL de cada

⁹ As 6 dimensões são: vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil, condições habitacionais.

funcionamento daquela família somando a pontuação das perguntas que compõem o funcionamento e dividindo pelo número de perguntas. Para encontrar o IL da família, basta fazer a média dos ILs dos funcionamentos. Optamos por fazer uma média simples, já que a última pergunta do questionário, referente à importância que as entrevistadas atribuíam a cada funcionamento ou a “escolha social”, revelou pesos praticamente idênticos para todos os funcionamentos.

3) Uma vez calculados os ILs de cada família, basta fazer uma média simples destes índices para encontrar o IL da amostra da população do Vidigal. O resultado obtido será necessariamente um número entre 0 (zero) e 1 (um). Quanto mais perto de um, *maior* o grau de liberdade da família e, portanto, *menor* o seu grau de pobreza.

Encontrado o Índice de Liberdade, resta-nos saber se o resultado obtido indica ou não uma situação de pobreza. Para isto, seria necessário estabelecer uma linha de pobreza. Aqui, mais uma vez nos inspiramos na metodologia do IDF. Como Barros e seus co-autores, consideramos de forma arbitrária que a linha de extrema pobreza será 0,5 (1/2) e a linha de pobreza 0,67 (2/3) (Paes de Barros *et al* 2003). Aquelas que se encontrarem abaixo destes valores serão extremamente pobres ou pobres, respectivamente. Apesar de arbitrária, a linha de 0,67 se justificaria pelo fato de os indicadores utilizados para o cálculo dos funcionamentos serem, de um modo geral, indicadores básicos (ex: “a casa é de tijolos”, “dorme mais de 6 horas”, “nenhuma criança deixou a escola para trabalhar”). Logo, é de se esperar que realizações tão elementares sejam facilmente alcançadas pelas entrevistadas, daí a escolha de um valor inferior a 0,67 para linha de pobreza.

3. Escolha da amostra

A escolha de uma amostra da população do Vidigal não se mostrou uma tarefa fácil. A princípio, optou-se por construir uma amostra com base em uma seleção aleatória. O primeiro passo consistiu em obter um mapeamento da área, com seus distintos setores e nomes de ruas, o qual fora cedido pelo IBGE. Em seguida, foi necessário identificar dentre os setores mapeados para o bairro do Vidigal aqueles que apresentavam características de favela, já que o Vidigal inclui também áreas nobres próximas ao Leblon e São Conrado. Uma vez localizados os setores que compunham a favela, foi preciso identificar os nomes das ruas que integravam cada setor. Estes dados também foram disponibilizados pelo IBGE através das folhas de coleta do Censo 2000 para o Vidigal. O próximo passo consistiria em escolher o tamanho da amostra e fazer a seleção aleatória dos domicílios por meio de um *software*, o qual iria determinar os domicílios a serem entrevistados em cada setor.

Nesta etapa, contudo, uma série de dificuldades se apresentou. Em primeiro lugar, as favelas são territórios extremamente dinâmicos, de maneira que desde o último Censo, em 2000, muitas novas casas foram construídas, outras não existem mais, novas ruas foram criadas e outras não são mais conhecidas pelos seus nomes oficiais e sim pelos seus “apelidos”. Em segundo lugar, como as informantes seriam, em princípio, mulheres (explicamos abaixo), haveria uma certa probabilidade de os domicílios da seleção aleatória não serem adequados ao estudo, já que nem todos apresentariam uma mulher para responder ao questionário. Em terceiro lugar, uma visita prévia à comunidade revelou que um número significativo de pessoas se recusaria a responder o questionário; haveria, portanto, uma elevada taxa de recusas caso fosse necessário entrevistar domicílios pré-selecionados. Finalmente, a favela do Vidigal é hoje controlada pelo tráfico, o qual impõe severas limitações à circulação de não moradores, bem como regula a entrada e saída de informações daquele território; no momento da pesquisa, nem mesmo os carteiros estavam autorizados a deixar correspondências nos domicílios, devendo entregá-las na sede da associação de moradores. O caminho mais adequado para se adentrar a comunidade não seria o da associação de moradores. Contudo, as visitas deveriam ser monitoradas por algum morador daquele local. Estas circunstâncias limitariam sobremaneira a liberdade para circular na favela, tornando também dificultosa a tarefa de entrevistar domicílios pré-selecionados.

No lugar da seleção aleatória de uma amostra, construiu-se uma amostra baseada em critérios práticos e intuitivamente “aleatórios”, seguindo a setorização do IBGE. Os critérios foram os seguintes: i) o tamanho da amostra estaria condicionado à acessibilidade aos moradores e aos recursos disponíveis para a pesquisa (essencialmente tempo, número de entrevistadores e de monitores moradores da comunidade), porém o número mínimo de domicílios a ser entrevistado seria 50¹⁰; ii) os 50 questionários iniciais seriam repartidos uniformemente entre os 11 setores do Vidigal e caso houvesse possibilidade para aplicar mais questionários, estes seriam igualmente divididos entre os setores; iii) em cada setor seriam percorridas ruas distintas, sempre buscando abranger o maior número possível de ruas e becos; iv) o setor de número 300 ficaria fora da pesquisa tendo em vista que ali se concentra a maior parte das atividades do tráfico; v) a escolha dos domicílios se daria em campo, no decorrer da pesquisa, já que o critério principal passou a ser o da acessibilidade aos moradores.

Cabe ressaltar que uma vez feita a opção por não se realizar a seleção aleatória da amostra, será impossível efetuarmos a expansão da mesma. Como o objetivo da expansão é tornar a

¹⁰ Este número foi sugerido pelo experiente estatístico do IBGE que nos forneceu a setorização da favela.

amostra o mais representativa da população possível, e já que este estudo prescindirá deste recurso, procuramos compensar esta falha de duas formas: i) distribuindo os questionários de maneira o mais uniforme possível entre os setores da favela; ii) compensando a eventual perda de significado quantitativo dos resultados por um ganho qualitativo dos mesmos, isto é, refinando o questionário com perguntas subjetivas e registrando, sempre que possível, os depoimentos das entrevistadas.

3. Por que mulheres como informantes?

Optou-se por entrevistar apenas moradoras da comunidade do Vidigal. A escolha de mulheres como informantes deve-se ao fato de que são as mulheres que permanecem com os filhos quando as famílias se desfazem – portanto, elas podem ser tomadas como referência da existência de um núcleo familiar - e que as crianças, por sua vez, representam a maior fonte de vulnerabilidade das famílias.

Embora esta escolha restrinja um pouco a interpretação das informações de bem-estar ao bem-estar dessas mulheres, há efeitos de interação não desprezíveis entre o bem-estar das mulheres e o de seus filhos (por exemplo, a escolaridade delas afeta a realização educacional e de saúde dos filhos; ou ainda, o bem-estar delas é afetado também pelo tempo que dedicam aos cuidados da casa e dos filhos, ou por quão bem estão os seus filhos protegidos). Além disso, certas informações sobre o bem-estar delas se referem igualmente ao de todos os membros da mesma família ou que vivem no mesmo domicílio, como o acesso e consumo de bens “públicos” domiciliares, como consumo de alimentos e remédios, condições da moradia, serviços públicos (água, energia, esgoto, coleta de lixo), bem como de bens públicos não domiciliares como transporte, postos de saúde, escolas. A informação sobre renda se refere, contudo, à renda familiar e não apenas à da informante.

Doravante, portanto, quando falarmos em índice de liberdade das “famílias” é importante que se tenha em mente esta limitação.

4) Resultados

4.1) Índices de Liberdade por funcionamentos

Apresentaremos nesta subseção os resultados dos índices de liberdade obtidos para cada funcionamento da amostra da população do Vidigal. Os funcionamentos estão divididos por tabelas. Nas linhas, encontram-se as perguntas que integram cada funcionamento, porém, estas foram modificadas em relação ao questionário: foram abreviadas e reescritas de tal

forma que um “SIM” denote sempre “bem-estar” e “NÃO” indique “pobreza”. O IL de cada indicador também pode ser interpretado como a porcentagem de pessoas que responde “SIM” àquele item.

TABELA 1 – Funcionamento “morar bem”

Indicadores	IL
Possui casa própria	0,742
Ventilação é adequada	0,652
Não há 4 ou mais pessoas por dormitório ¹¹	0,833
Casa construída de tijolo	1
Casa possui reboco	0,742
Casa nunca sofreu desabamento	0,742
Nunca foi impedido de subir o morro	0,561
Nunca foi impedido de voltar para casa	0,515
Média do funcionamento	0,723

O funcionamento “morar bem” apresentou um IL igual a 0,723 – um resultado relativamente bom quando comparado à média dos outros funcionamentos. Assumindo-se 0,67 como linha de pobreza, as moradoras do Vidigal não são pobres neste funcionamento. Vale, contudo, observar que apesar de 74% das entrevistadas residirem em casa própria, apenas 3 delas possuíam escritura formal. A maioria dos domicílios próprios, cerca de 73%, no entanto, dispunha de um documento da associação de moradores que atestava a sua propriedade. Contudo, este documento é válido somente dentro da própria comunidade, não lhe sendo assegurado valor jurídico algum na cidade. Este fato é indicativo de uma relativa privação de liberdade, se considerarmos, por exemplo, que o acesso a crédito bancário pode ser afetado pela ausência de comprovação de riqueza (no caso, da propriedade jurídica do imóvel) (De Soto, 2001).

Os melhores índices para este funcionamento foram os relativos ao tipo de material das construções: todas as casas eram feitas de tijolo; e ao número de pessoas por dormitório: em

¹¹ Conforme determinação do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN – Habitat, 2002) é insalubre a moradia na qual um mesmo cômodo serve de dormitório para 4 ou mais pessoas.

83,3% dos domicílios não havia 4 ou mais pessoas dormindo em um mesmo cômodo. Os piores índices estão relacionados à ausência de liberdade para se acessar o domicílio, seja pelo impedimento de subir o morro (43,9% disseram já ter sido impedidas) ou pela impossibilidade de voltar para casa (49,5% informaram terem sido impedidas de voltar para casa). Estas situações ocorrem majoritariamente por conta de tiroteios dentro da favela, em geral resultantes de enfrentamentos entre policiais e traficantes.

TABELA 2 – Funcionamento “ser saudável”

Indicadores	IL
Dorme mais de 6 horas por noite	0,662
Não sofre de estresse	0,369
Pratica atividade física	0,333
Nunca deixou de ser atendido por médico	0,576
Sempre teve recursos para remédio	0,379
Crianças <1 ano vão ao médico	0,91
Faz exame ginecológico regularmente	0,758
Postos de saúde são suficientes	0,108
Nunca houve doenças infecto-parasitárias na família	0,727
Já fez mamografia (>40 anos)	0,73
Sabe que postos de saúde oferecem métodos contraceptivos.	0,939
Sabe como prevenir doenças sex. transmissíveis	0,97
Média do funcionamento	0,622

“Ser saudável” revelou um IL igual a 0,622, o que classifica a população do Vidigal como pobre neste funcionamento. Os índices que mais contribuíram para este baixo resultado foram a carência de postos de saúde na comunidade (há apenas 1 posto no Vidigal); a falta de recursos para comprar remédios – 62% já vivenciaram este problema; a reduzida porcentagem de pessoas que praticam alguma atividade física (33%) e o estresse vivido por 63% das mulheres, cujas razões são as seguintes: (i) Preocupação com dinheiro: 38%; Medo (sobretudo medo de deixar os filhos sozinhos em casa): 21%; Cansaço (trabalha fora de casa e em casa): 17%; Outros: 24%.

TABELA 3 - Funcionamento “realizar um trabalho gratificante”

Indicadores	IL
Encontra-se empregada	0,755
Possui carteira assinada	0,364
Trabalha até 8 horas por dia	0,509
Não gostaria de ter outra profissão/ocupação	0,338
Não gostaria de ter estudado mais	0,152
Média do funcionamento	0,424

Este funcionamento nos revela que menos da metade das moradoras do Vidigal de nossa amostra (42,4%) se julgam gratificadas pelo trabalho que desempenham. Este resultado sugere, portanto, que a população desta comunidade é extremamente pobre neste funcionamento. O desemprego atinge 24,5% das mulheres; dentre as que trabalham, apenas 48,2% possuem carteira assinada, o que representa 36,4% da amostra total. 50,9% das entrevistadas trabalham mais de oito horas por dia; 63,6% desejariam ter outra ocupação ou profissão; e 84,8% gostariam de ter estudado mais, porém não tiveram a oportunidade. Com relação a este último item, perguntamos às entrevistadas o que as impediu de continuar os estudos e obtivemos as seguintes respostas: (i) Porque teve que trabalhar: 48,3%; (ii) Porque teve que cuidar dos filhos: 23,3%; (3) Por outros motivos (preguiça, os pais não estimularam, temia sair à noite de casa, a escola era longe, etc.): 28,3%.

Com relação ao temor de sair de casa à noite para estudar, as seguintes respostas são significativas: “Sim, quero voltar. Mas tenho medo de tiro, então não saio à noite. Por isso ainda não voltei pra escola.” (Diana, 29 anos); “Sim, eu entrei na universidade mas tive que deixar por causa da guerra. Tinha medo de deixar meus filhos sozinhos em casa.” (Kátia, 36 anos).

Perguntamos às moradoras do Vidigal que profissão elas exerciam e se gostariam de exercer outra profissão. A grande maioria da amostra atuava no setor de serviços (mais de 90%), sendo 26% como domésticas ou diaristas. É compreensível que 64% das entrevistadas tenham manifestado o desejo de ter outra ocupação, haja vista que a maioria das profissões por elas exercida é muito mal remunerada, geram desgaste físico ou não são devidamente reconhecidas. Contudo, nas profissões sonhadas, a ambição foi modesta: 13% (a moda) gostariam de ter sido enfermeiras, outras, cabeleireiras, secretárias e veterinárias (7% cada), apenas uma gostaria de ter sido médica e outra, presidente da república.

TABELA 4 – Funcionamento “ter boa escolaridade”

Indicadores	IL
Chegou ao segundo grau (tendo ou não concluído) ou ingressou na universidade (tendo ou não concluído)	0,363
Escolas na comunidade são suficientes	0,338
Média do funcionamento	0,351

Este funcionamento apresentou um dos piores resultados dentre o conjunto de funcionamentos selecionados para este estudo, indicando que a comunidade pode ser extremamente pobre em escolaridade. Uma minoria de 33,8% julga haver escolas suficientes na comunidade, embora muitas tenham se mostrado insatisfeitas com a qualidade do ensino, com a falta de professores ou com a inexistência de horários alternativos para aqueles que trabalham. O indicador relativo ao grau de instrução das pessoas entrevistadas revelou-se inegavelmente muito baixo. Observe os dados obtidos sobre escolaridade:

TABELA 5 – Grau de escolaridade das moradoras do Vidigal

GRAU DE ESCOLARIDADE	PORCENTAGEM
Analfabeta	3,03%
Parou de estudar entre a 1 ^a e a 4 ^a série	28,80%
Parou de estudar entre a 5 ^a e a 8 ^a série	31,80%
Chegou ao segundo grau (tendo ou não concluído):	34,80%
Chegou à universidade, mas não concluiu	1,51%
Concluiu a universidade	0

Note que cerca de 30% da amostra não completou sequer o curso primário (o primeiro segmento do ensino fundamental) e outros 30% não concluíram o ginásio (o segundo segmento). O número de pessoas que ingressou na universidade é desprezível e nenhuma das entrevistadas possuía nível superior completo.

TABELA 6 - Funcionamento “ter os filhos protegidos”

Indicadores	IL
Há menos de 3 crianças na família	0,879
Não há crianças fora da escola	0,983
Não há crianças trabalhando atualmente	0,931
Nenhuma criança deixou de estudar p/ trabalhar	0,627
Crianças praticam esporte	0,545
Não houve adolescente grávida na família	0,583
Média do funcionamento	0,758

O funcionamento “ter os filhos protegidos” apresentou um bom resultado. Note-se, porém, que os itens relativos à violência e tráfico de drogas não foram incluídos neste funcionamento, uma vez que se optou por criar um funcionamento exclusivamente para captar estas dimensões.

Observa-se que as famílias do Vidigal estão se tornando pouco numerosas, indicando uma possível queda da taxa de fecundidade. Isto resulta certamente em menor grau de vulnerabilidade para os filhos, na hipótese de que mais uma criança na família aumenta a vulnerabilidade das demais. Praticamente não foram encontradas crianças menores de 14 anos fora da escola ou trabalhando. Aquelas que responderam haver caso de criança na família que deixou a escola para trabalhar, invariavelmente referiam-se a si mesmas (a própria entrevistada). Já o percentual de crianças que praticam algum esporte e a incidência de gravidez na adolescência denotam pobreza, o que contribui para a queda do IL deste funcionamento. Às entrevistadas que responderam ter havido caso de adolescente grávida na família, perguntamos o motivo que teria levado à gravidez: 85% das mulheres responderam que a gravidez ocorreu por acidente e apenas 15% informaram ter sido fruto de uma escolha.

TABELA 7 - Funcionamento “ter acesso a serviços básicos”

Indicadores	IL
Tem acesso a energia elétrica	1
Há água encanada no domicílio	1
O serviço de transporte é suficiente	0,379
Há coleta de lixo no domicílio	0,788
Há drenagem para esgoto	0,879
A pavimentação das ruas é adequada	0,773
A iluminação das ruas é adequada	0,409
O policiamento é suficiente	0,524
Média do funcionamento	0,719

Em termos de serviços públicos, a favela de nossa amostra não se revelou pobre, embora tenha se situado próximo à linha de pobreza (0,67). Os serviços de energia elétrica e água encanada são hoje universais no Vidigal, ainda que muitos moradores recorram ao “gato”. O indicador relativo à drenagem do esgoto também apresentou um bom resultado, muito embora tenhamos percebido a ocorrência de valas abertas próximas a alguns domicílios. Há uma boa cobertura de serviço de coleta de lixo, ainda que 22% dos moradores precisem levar seu lixo até a caçamba para que este seja coletado. A pavimentação de ruas foi considerada adequada para 77,3% dos domicílios, contudo, o acesso a alguns domicílios é dificultado por escadas extremamente deficientes em segurança. Apenas 40,9% das entrevistadas estão satisfeitas com a iluminação das ruas – afirmam que os próprios moradores costumam instalar luzes para contornar o problema; e somente 37,9% consideram o transporte público suficiente, alegando terem que recorrer ao transporte alternativo para se deslocar dentro da comunidade. Conclui-se que apesar de o IL deste funcionamento não indicar pobreza, os moradores do Vidigal ainda sofrem uma série de privações relativas mais à *precariedade* do que propriamente à ausência de serviços básicos, o que nos permite afirmar que há um certo grau de pobreza neste funcionamento.

O indicador “policiamento” merece uma atenção adicional. Quando perguntamos às entrevistadas se faltava policiamento na comunidade, cerca de 90% das mulheres reagiram a esta pergunta sorrindo ironicamente. Foi também a pergunta com o maior percentual de recusas em responder. Em todas as visitas feitas ao Vidigal, a presença da polícia na entrada da favela era ostensiva, muito embora a maioria das moradoras tenha nos permitido entender que não se sentem protegidas pelas autoridades policiais. Nas respostas espontâneas, o policiamento aparece mais como ameaça do que como proteção.

TABELA 8 - Funcionamento “não sofrer preconceito”

Indicadores	IL
Nunca sofreu discriminação por ser favelado	0,682
Nunca precisou omitir endereço	0,818
Não necessita vestir-se bem para ser respeitada na comunidade	0,831
Não necessita vestir-se bem para ser respeitada na cidade	0,530
Nunca deixou de conseguir emprego por ser moradora de favela	0,844
Tem seus direitos garantidos tanto quanto os moradores da cidade	0,197
Média do funcionamento	0,650

Este funcionamento também revelou pobreza para a população de nossa amostra do Vidigal: 35% dos moradores acreditam terem sido vítimas de alguma forma de preconceito. Ainda que cerca de 80% das moradoras tenham afirmado nunca ter perdido uma oportunidade de emprego por ser moradora de favela e não precisar se vestir bem para ser respeitada na comunidade, apenas 53% disseram não precisar se vestir bem para serem respeitadas na cidade e 20% julgam ter seus direitos garantidos tanto quanto os moradores da cidade. Note que as moradoras julgam mais importante se vestir adequadamente para serem respeitadas na cidade do que na comunidade, possivelmente por receio do preconceito que possam vir a sofrer na cidade.

As perguntas relativas a preconceito evidenciaram respostas díspares e mesmo inconsistentes. Por exemplo, embora cerca de 70% das entrevistadas tenham afirmado nunca terem sido vítimas de preconceito, 80% nunca terem precisado omitir o endereço da moradia para conseguir um emprego e 85% nunca terem deixado de conseguir um emprego por ser moradora de favela, *quase todas disseram conhecer alguém do Vidigal que já houvesse vivenciado alguma destas situações*. Além disso, nas respostas espontâneas, as moradoras se queixaram que as pessoas na cidade associam o morro ao tráfico e à violência (“dizem que só mora bandido aqui”, diz uma moradora) e também de dificuldade para conseguir emprego por conta da “guerra” no morro (“me perguntam como vou fazer para trabalhar quando estiver em guerra”, afirma outra moradora).

TABELA 9 - Funcionamento “comer adequadamente”

Indicadores	IL
Nunca precisou reduzir a quantidade de alimentos	0,485
Nunca trocou alimentos por outros mais baratos	0,275
Média do funcionamento	0,38

Um IL igual a 0,38 denota extrema pobreza para o Vidigal no funcionamento “comer adequadamente”. A leitura inversa das porcentagens revela que 51,5% das entrevistadas já precisaram reduzir a quantidade de alimentos que a família consome e 72,5% delas necessitaram trocar os alimentos habituais por outros mais baratos.

TABELA 10 - Funcionamento “vestir-se adequadamente”

Indicadores	IL
Dispõe de recursos suficientes para comprar roupas e calçados	0,424
Média do funcionamento	0,424

O único indicador deste funcionamento mostra que apenas 42,4% das moradoras vestem-se adequadamente com os recursos de que dispõem, de tal forma que o Vidigal é extremamente pobre neste quesito. Os funcionamentos comer e vestir-se adequadamente, dentre todos os funcionamentos selecionados, são os mais diretamente associados à renda percebida pelas moradoras. Entretanto, em abordagens de pobreza como insuficiência de renda, em que se determina uma linha de pobreza em termos de uma renda monetária calculada como um múltiplo da renda necessária a um certo padrão de alimentação, não se capta diretamente a quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos (e dos itens de vestuário) e os ajustes feitos no orçamento destinado à alimentação (ou ao vestuário) em função de outras necessidades, segundo critérios estabelecidos pelas próprias pessoas.

TABELA 11 - Funcionamento “participar da vida da comunidade”

Indicadores	IL
Pode contar com a ajuda de vizinhos	0,712
Possui familiares na comunidade	0,727
Participa de atividade cultural	0,167
Participa de associação na comunidade	0,121
Média do funcionamento	0,432

Apenas 43,2% das entrevistadas participam ativamente da vida da comunidade, ou seja, as

moradoras do Vidigal são extremamente pobres neste funcionamento. Embora 71,2% possam contar com a ajuda de vizinhos e 72,7% possuam familiares na comunidade, apenas 16,7% participam de alguma atividade cultural e 12,1% de alguma associação na comunidade. Com grande frequência, as entrevistadas reagiram de forma bastante curiosa à pergunta “Você participa de alguma associação na comunidade?”. As moradoras faziam uma expressão de espanto e diziam veementemente que não, como se estivessem sendo ofendidas ou acusadas de algo. O motivo desta reação ficou claro ao final da pesquisa: para muitas mulheres, participar de uma associação da comunidade significava ter algum envolvimento com o tráfico, já que a associação de moradores do Vidigal encontra-se hoje em poder dos traficantes. Decerto, isto justifica o percentual tão baixo de moradoras que informaram participar de alguma associação na comunidade.

Em que pese o baixo grau de participação na vida da comunidade por parte da maioria, por meio de atividades culturais e associativas, muitas moradoras do Vidigal se mostraram pessoas bem informadas, conhecedoras dos seus direitos, dos problemas específicos de uma favela, e conscientes da importância de união por parte dos moradores (“É importante pra nós porque temos que nos unir, porque aqui é um mundo diferente do de lá [da cidade]”, afirma uma moradora). Há uma percepção da existência de dois mundos, da omissão do estado e da necessidade de submissão às regras do tráfico (“Na minha opinião isso é um condomínio fechado. Tem os dois lados e as pessoas têm que entrar na linha, nas leis internas. Porque nós temos duas leis”, diz outra moradora).

TABELA 12 - Funcionamento “participar da vida associativa da cidade”

Indicadores	IL
Participa de associação na cidade	0,03
Média do funcionamento	0,03

Dentre as 66 mulheres entrevistadas, apenas 2 participavam de alguma associação na cidade, o que resultou em um IL baixíssimo para este funcionamento. Julgou-se importante incluir este funcionamento na análise da pobreza porque muitas das privações que se passam na favela resultam de decisões (ou ausência de decisões) sobre as quais os favelados têm pouca influência direta – a participação em associações na cidade formal é uma forma de a favela ser politicamente visível na cidade e influenciar de algum modo estas decisões; a ausência, ao contrário, é o aprofundamento dessa invisibilidade.

Os funcionamentos “participar da vida da comunidade” e “participar da vida associativa da

cidade” nos permitem inferir importantes aspectos do capital social existente na favela. Os reduzidos IIs encontrados para ambos os funcionamentos contrariam a tese amplamente difundida de que os moradores de favelas são ricos em capital social, o que requer uma justificativa. Segundo Granovetter (2005), para além dos encontros fortuitos entre indivíduos que não chegam a constituir elos significativos, existem duas categorias centrais de laços através dos quais os indivíduos interagem em uma estrutura social: os laços fortes e os laços fracos. Os primeiros são os laços que se estabelecem entre amigos próximos e familiares. Já laços fracos são aqueles que se formam entre pessoas que convivam menos intimamente, ainda que o façam regularmente, como as relações entre colegas de trabalho, que possuem diferentes redes de laços fortes. A partir desta distinção, o autor assevera que informações sobre *novas* oportunidades fluem com mais intensidade entre indivíduos unidos por laços fracos do que por laços fortes. Isso decorre do fato de que amigos próximos tendem a se movimentar no mesmo círculo de pessoas, por conseguinte, tendem a receber e transmitir as mesmas informações. Em contrapartida, conhecer pessoas novas e manter contato esporádico com elas implica fazer uso de uma rede de informações novas e não redundantes.

O que percebemos na amostra da comunidade do Vidigal é justamente este contraste entre a presença expressiva de laços fortes – a grande maioria possui familiares na comunidade e afirma poder contar com a ajuda de vizinhos –, e a quase inexistência de laços fracos – praticamente ninguém participa de associação na comunidade ou na cidade. Daí podermos inferir que o Vidigal de nossa amostra é rico em capital social “pobre”, porém muito pobre em capital social “rico”. Dito de outra forma, o capital social em que essas moradoras são ricas é o capital menos emancipador, que não gera mudanças significativas, que as mantém atadas a uma mesma rede de pessoas e um mesmo estrato social e, conseqüentemente, um mesmo conjunto de oportunidades de escolha. Ou seja, o capital social de que as moradoras do Vidigal dispõem não contribui muito para ampliar sua liberdade de escolha.

TABELA 13 - Funcionamento “viver sem medo”

Indicadores	IL
Tiroteios não são frequentes	0,833
Não houve vítimas de bala perdida na família	0,894
Não sofreu violência da polícia	0,742
Não teve sua casa invadida	0,727
Não tem medo de sair de casa	0,394
Não mudou seus hábitos	0,333
Não perdeu amigo/conhecido em tiroteio	0,348
Violência não está destruindo relações de amizade	0,303
Média do funcionamento	0,572

Os índices obtidos mostram que os moradores do Vidigal vivem com medo, logo são pobres neste funcionamento. Para melhor compreensão dos resultados, faremos a leitura inversa das porcentagens na maior parte das linhas:

Para 83,3% das entrevistadas, os tiroteios na favela não eram frequentes. Note-se, contudo, que a maioria delas respondia “Agora não, já foram” a esta pergunta. Em 10,6% das famílias já havia ocorrido algum caso de vítima de bala perdida e 27,3% dos domicílios já haviam sido invadidos pela polícia, embora 74,2% tenham afirmado nunca ter sofrido violência da polícia. Os resultados a seguir são piores que os anteriores: 60,6% das moradoras disseram ter medo de sair de casa, 66,7% delas afirmaram ter mudado seus hábitos e rotina em função da violência, 65,2% já haviam perdido algum amigo ou conhecido em tiroteio e 69,7% declararam que a violência está destruindo as relações de amizade na favela.

Ficou bastante evidente ao longo desta pesquisa que a principal fonte de queixas e insatisfações das moradoras do Vidigal é a convivência permanente com o medo e a violência. Para 80% das entrevistadas, a pior característica da comunidade está associada a um destes fatores.

Com relação à pergunta, “O que você mais teme para o seu filho?”, as respostas seguintes são representativas: “Que eu não consiga melhorar de vida e sair daqui porque não quero criar meu filho aqui. Eu cresci aqui e nunca me envolvi, mas ele, eu não sei. Meu filho tem três anos e já sabe o que é uma arma. Tenho medo que isso influencie ele.” (Juliana, 19 anos); “Que vá pra cadeia, porque tenho dois filhos que já estão envolvidos.” (Vera, 42 anos).

Confira o quadro com as frequências das respostas a esta pergunta:

TABELA 14 - Temores com relação aos filhos

Resposta	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Envolvimento com o crime	38	0,59
Envolvimento com drogas	20	0,31
Ficar desempregado	2	0,03
Outro:		
bala perdida	1	0,02
cadeia	1	0,02
que eu não consiga sair daqui	1	0,02
deixá-lo sozinho em casa	1	0,02

Observe que o medo do desemprego praticamente não aflige as moradoras, pois antes de tudo elas desejam ter seus filhos com vida. Vale a pena registrar as respostas espontâneas às perguntas sobre o funcionamento “viver sem medo”, pois elas dão pistas para as causas dessas baixas realizações, assim como para os mecanismos para redução de dissonância cognitiva (de adaptação do comportamento e das crenças às expectativas; o humor e a ironia são alguns desses mecanismos):

- Você tem medo de sair de casa por causa da violência?

“Sim, adquiri síndrome do pânico. Não posso ouvir um barulho que acho que é tiro.” (Laura, 32 anos).

“Não, porque não sou peru pra morrer de véspera. (risos)” (D. Neide, 65 anos).

Você já perdeu algum amigo em tiroteio no Vidigal?

“Amigo, não. Mas já vi criança nascer aqui, acompanhei crescer, daí entrou pro banditismo e morreu.” (Dora, 52 anos).

Os tiroteios na comunidade são frequentes?

“Depende da época. Agora tá mais calmo. Aqui em casa já entrou bala (mostrando o buraco na parede). Quando tem tiroteio eu ligo o som e rezo. Mas quando eles atiram no transformador, aí não dá nem pra ligar o som. O filho do meu vizinho teve um ataque nervoso durante um tiroteio e eles se mudaram daqui.” (Tereza, 36 anos).

A violência mudou de alguma forma seus hábitos?

“Sim. Não posso ir mais ao baile que eu costumava ir. O comando de lá agora é outro e eles raspam a cabeça das meninas daqui e batem na gente se alguém aparecer por lá. Imagina eu ir trabalhar de cabeça raspada!” (Rosa, 35 anos).

De que forma a violência está prejudicando as relações de amizade entre os moradores?

“Medo de se envolver com amizades erradas. Por exemplo, se minha amiga tá com um cara que não presta já não vou ser mais amiga dela.”(Juliana, 19 anos).

“A gente tem medo, não pode ficar na porta conversando. É igual bomba-relógio.” (Joana, 26 anos)

“Ninguém confia mais em ninguém, porque você não sabe em quem deve confiar.” (Helena, 37 anos).

“Qualquer discussão as pessoas chamam o bandido, não resolvem entre si. As pessoas se distanciam.” (Diana, 29 anos).

“Quando o filho se envolve os vizinhos fazem cara feia pra você.” (Vera, 42 anos)

Você já teve sua casa invadida?

“Não porque eles (polícia) pediram para olhar. Eu sei que sem mandato eles não têm o direito, mas sou mulher, tava sozinha em casa. Deixei. Aqui rola muita covardia...” (Juliana, 19 anos).

“Sim. Eram uns homens altos todos de preto com armas enormes. Imagino que era o BOPE¹².” (D. Aparecida, 61 anos).

“Não, mas há uns quatro anos meteram bala lá, quebraram o relógio da minha casa. No dia seguinte, foram ver se eu tava bem, e viva! E consertaram meu relógio!(risos)” (D. Judite, 82 anos).

É interessante observar a interação da violência com o funcionamento “participar da vida da comunidade”, e especialmente com a parte do capital social de que o favelado é tão rico, uma vez que a violência está prejudicando as relações de amizade entre os moradores, diminuindo o número de contatos entre eles, tornando-os mais seletivos nesses contatos, reduzindo as relações de confiança e transferindo o arbítrio para solução de conflitos inter-pessoais ao “bandido”. Somando-se a isso a redução de oportunidades para a ação coletiva com a contaminação da associação de moradores, torna-se especialmente preocupante a limitada capacidade desses moradores para alterar seus destinos – sua condição de agentes.

TABELA 15 – Funcionamento “ser feliz e ter orgulho próprio”

Indicadores	IL
Você é feliz	0,864
Tem orgulho de ser moradora do Vidigal	0,727
Não trocaria sua casa por outra em um bairro da cidade.	0,364
Não gostaria que filhos e netos saíssem da favela	0,212
Média do funcionamento	0,54

A média deste funcionamento resultou em pobreza. Os resultados desta tabela, contudo,

¹² BOPE é o Batalhão de Operações Especiais, também conhecido na comunidade como “caveirão”

mostraram-se bastante conflitantes. Observe que embora 86,4% das entrevistadas tenham se declarado felizes e 72,7% orgulhosas de morarem no Vidigal, 63,6% delas trocariam sua casa na favela por outra do mesmo tamanho e preço em um bairro da cidade e 78,8% gostariam que seus filhos e netos deixassem a favela. Dentre as que responderam que não trocariam sua casa por outra na cidade, 68,2% disseram que não o fariam nem mesmo se pudessem levar seus familiares e amigos com elas. Este resultado denota que a decisão de permanecer na favela não se justificaria exclusivamente pelo capital social existente na comunidade, sugerindo que haja outros fatores envolvidos nesta escolha.

Quando perguntadas se sentiam orgulho de morar no Vidigal, a maioria das moradoras que respondeu “sim” apresentou justificativas consistentes, como estas a seguir: “Sim. Porque moro numa casa grande, à vontade. Por que o que adianta morar lá embaixo num quartinho?” (Vitória, 47 anos); “Sim. Porque nasci aqui, criei meus filhos aqui e ninguém da família se envolveu com o tráfico.” (Marta, 49 anos); “Sim. Porque quem não tem condição mora em favela, e aqui é das melhores, o acesso é fácil e não tem que pedir autorização para entrar.” (Letícia, 32); “Sim porque aqui todo mundo é amigo, todo mundo se ajuda, todos se respeitam. Aqui a gente pode dormir de porta aberta.” (Aline, 36).

Outras moradoras, porém, apresentaram repostas incoerentes ou se contradisseram no decorrer da entrevista. Mais da metade das mulheres (52%) que declararam ter orgulho de morar no Vidigal afirmaram, na seqüência do questionário, que trocariam sua casa na favela por outra em um bairro da cidade. Algumas respostas foram: “Sim. Porque não moro por querer, tem que aceitar né? Ninguém mora em favela por orgulho.” (D. Antônia, 63 anos); “Sim. Porque as pessoas têm que se orgulhar do que têm. (Bárbara, 26 anos).

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos ILs obtidos para cada funcionamento e seu resultado em termos de grau de pobreza.

TABELA 16: Síntese dos ILs por funcionamentos

Funcionamentos	IL	GRAU DE POBREZA
Morar bem	0,723	não pobre
Ser saudável	0,622	pobre
Realizar um trabalho gratificante	0,477	extremamente pobre
Ter boa escolaridade	0,351	extremamente pobre
Ter filhos protegidos	0,758	não pobre
Ter acesso a serviços básicos	0,719	não pobre
Não sofrer preconceito	0,65	pobre
Comer adequadamente	0,38	extremamente pobre
Vestir-se adequadamente	0,424	extremamente pobre
Participar da vida da comunidade	0,432	extremamente pobre
Participar da vida associativa da cidade	0,03	extremamente pobre
Viver sem medo e com esperança no futuro	0,572	pobre
Ser feliz e ter orgulho próprio	0,54	pobre
Média	0,51	pobre

4. Cálculo do IL geral e IL das famílias

Há duas formas de se calcular o Índice de Liberdade da amostra da população do Vidigal: i) fazer a média dos índices de liberdade encontrados para cada funcionamento, como mostra o quadro anterior; ii) fazer a média dos índices de liberdade encontrados para cada família. Ambas as formas de cálculo devem conduzir, obviamente, a um mesmo resultado: um Índice de Liberdade igual a 0,51 indicando que a população do Vidigal é pobre, mais que isto, se encontra no limiar da extrema pobreza.

Um resultado importante desta pesquisa consiste em calcular o percentual de famílias que se encontra abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza. Apenas 7 famílias obtiveram um IL acima de 0,67, significando que tão somente 11% da amostra não é pobre. Ou seja, 89% da amostra é pobre ou extremamente pobre. 27 famílias apresentaram um IL igual ou superior a 0,5 e inferior a 0,67, demonstrando que 41% da amostra é pobre. As 32 famílias restantes obtiveram um IL inferior a 0,5, de forma que 48% da amostra foi classificada como extremamente pobre.

Outro resultado relevante diz respeito à desigualdade na favela: observou-se uma significativa desigualdade na distribuição de liberdade entre as famílias do Vidigal. O primeiro decil da favela apresentou um IL igual a 0,35 e o nono um IL de 0,77; já a família mais pobre obteve

um IL igual a 0,27 e a mais rica um IL de 0,8, conforme mostram os gráficos:

Gráfico 1: Parada de Pen – IL por decis da distribuição

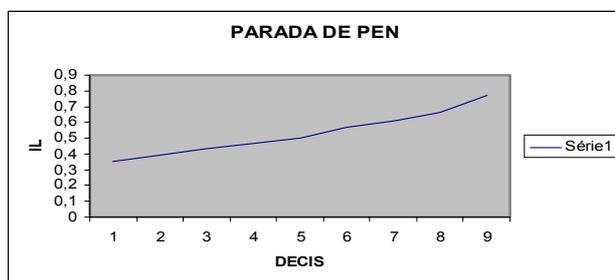
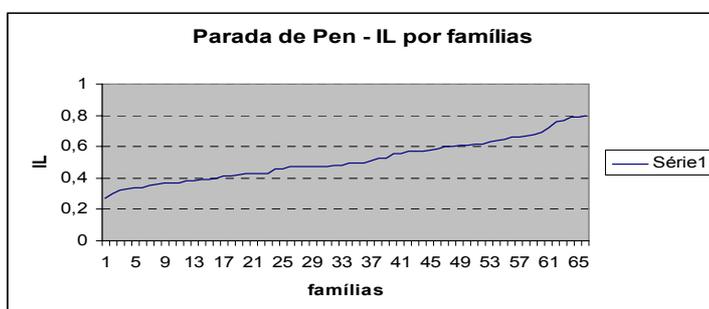


Gráfico 2– Parada de Pen – distribuição do IL pelas famílias



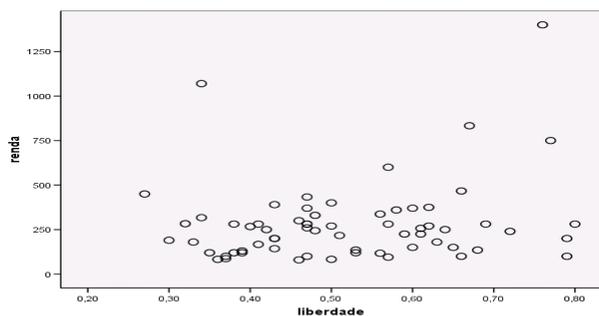
4.3. Comparação do IL com o índice de insuficiência de renda

Um pressuposto da abordagem das capacitações é a não ocorrência de uma correlação necessária entre insuficiência de renda e falta de liberdade de escolha. Nesta seção, buscaremos verificar se esta premissa se mantém quando comparamos a renda per capita das famílias do Vidigal com seus respectivos Índices de Liberdade.

Consideraremos para esta análise a linha de pobreza de meio salário mínimo (R\$180,00 em fevereiro de 2007) utilizada pelo IPEA. Às famílias que não quiseram declarar sua renda (9% da amostra), atribuímos a renda média familiar per capita obtida para esta amostra (R\$281,00). Enquanto que pelo critério da liberdade, 89% das famílias foram classificadas como pobres ou extremamente pobres, pela medida da renda, apenas 35% das famílias se situaram abaixo da linha de pobreza ou extrema pobreza.

Ao compararmos “pobreza de renda” com “pobreza de liberdade”, constatamos haver equivalência de resultados em 28 famílias, o que representa 42% da amostra. Percebemos também que as médias finais demonstram que embora o Vidigal de nossa amostra não seja pobre em renda, ele é pobre em liberdade. Observe no gráfico a seguir a correlação existente entre os indicadores de renda e de liberdade:

Gráfico 3: Correlação entre renda e liberdade



A correlação de Pearson permitiu verificar que os resultados de associação entre estas duas variáveis não são estatisticamente significativos ($r = 0,209$ e $p > 0,05$). Logo, é possível concluirmos que a tese da não equivalência necessária entre insuficiência de renda e ausência de liberdade se confirma para o Vidigal de nossa amostra.

5. Conclusões

A análise de nossa amostra revelou que os moradores do Vidigal são muito provavelmente pobres em liberdade, ou ainda, estão na iminência da extrema pobreza. Dentre os 13 funcionamentos investigados, apenas 3 apresentaram ILs acima de 0,67, indicando não pobreza, 4 obtiveram ILs abaixo de 0,67, resultando em pobreza, e 6 apresentaram ILs abaixo de 0,5, significando extrema pobreza. O resultado geral configurou-se em um IL igual a 0,51, ou seja, no limiar da “linha” de extrema pobreza.

Os fatores que mais contribuíram para este resultado foram os baixos índices de liberdade obtidos para os funcionamentos “ter boa escolaridade”, “comer adequadamente” e “participar da vida associativa da cidade”. Já os melhores resultados foram observados para os funcionamentos “morar bem”, “ter os filhos protegidos” (lembre, contudo, que os indicadores de violência não estão aí contidos) e “ter acesso a serviços básicos”.

Alguns números obtidos neste estudo são corroborados pelas estatísticas divulgadas por institutos de pesquisas. Este é o caso das informações relativas a serviços públicos, à escolaridade e, em parte, ao mercado de trabalho. Obtivemos indicadores para energia elétrica e abastecimento de água, e para destino do lixo e do esgoto compatíveis com os do Instituto Pereira Passos¹³ (2006). Os indicadores de escolaridade mostraram-se tão ruins quanto os do

¹³ O Instituto Pereira Passos disponibiliza em seu “Armazém de Dados” os dados tabulados do Censo 2000 (IBGE) referentes a todas as favelas do Rio de Janeiro.

IPP. A taxa de informalidade ficou muito próxima da apresentada pelo IETS: 58% segundo o IETS (1998) e 50% neste estudo. O desemprego, porém, situou-se bastante acima do indicador do IETS: 10,8% em 1998 contra 25% hoje, conforme a pesquisa. Mas vale lembrar que a amostra utilizada neste estudo foi composta apenas por mulheres, o que pode acarretar alguma diferença no resultado.

Outros resultados desta pesquisa, contudo, contrariam crenças difundidas na literatura sobre favela. Enquanto o critério da insuficiência de renda classifica os moradores de favela como não-pobres, este trabalho demonstra que pela medida da liberdade os moradores do Vidigal são, sim, pobres. Por outro lado, embora alguns estudos sobre favela tenham destacado o valor do capital social nestes locais (Abramo, 2002; Perlman, 2005), este trabalho mostrou que os moradores do Vidigal são detentores de um capital social “pobre”, posto que não viabiliza uma ampliação do conjunto de oportunidades de escolha.

De fato, mais do que isto, a pesquisa mostrou que a violência vem atravessando quase todas as realizações de moradores de favela.

Ela afeta as condições de moradia (os moradores são às vezes impedidos de subir o morro e de voltar para suas casas), a saúde (aumentando o estresse associado, por exemplo, ao medo de deixar os filhos sozinhos em casa), a gratificação com o trabalho e a escolaridade (dificultando a decisão de estudar à noite para melhorar de vida), a confiança na capacidade de proteção da polícia (a polícia é percebida mais como ameaça do que como proteção), o respeito e a auto-estima (a percepção negativa dos moradores da cidade sobre os moradores de favela ao associar favela a criminalidade), as oportunidades de trabalho (a “guerra” é percebida como afetando o deslocamento do morador para o seu local de trabalho, tornando sua contratação arriscada) e, finalmente, as próprias condições de superação dessas privações por meio de alguma ação coletiva (com a tomada das associações pelo tráfico), como já mencionado. Talvez mais perversamente, a violência se imiscui na intimidade dos laços fortes, causando o medo de sair de casa, de conversar na porta de casa e de fazer amizades com as pessoas “erradas”, e transferindo para o “bandido” o papel de mediador dos conflitos. Ou seja, até mesmo o capital social tradicional, a maior riqueza da favela, vem sendo erodido pela violência.

Referências

ABRAMO, P. Uma teoria econômica da favela: quatro notas sobre o mercado imobiliário informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XVI, n.2, ago./dez., 2002.

DE SOTO, H. *The mystery of capital*. Londres, Bantam Press, 2001.

GRANOVOTTER, M., 2005, The impact of social structure on economic outcomes, *Journal of Economic Perspectives*, 19 (1), pp. 33-50.

IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Dados e tabulações. 2006

IPP- INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Armazém de dados. 2006.

KERSTENETZKY, C.L. Desigualdade e Pobreza: Lições de Sen. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15 n. 42, fev. 2000.

www.armazemdedados.rio.rj.gov.br

PAES DE BARROS, R., CARVALHO, M. e FRANCO, S. O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF). *IPEA, TD n. 986*, Rio de Janeiro, 2003.

PERLMAN, J. *The Myth of Marginality Revisited: The Case of a Favela Rio de Janeiro, 1969-2003*. Washington, World Bank, 2005.

SEN, A. *The Standard of living*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade Reexaminada*. São Paulo / Rio de Janeiro, Record, 2001.

www.worldbank.org/urban.urscd/papers Acesso em 02 mar. 2006

SANTOS, L.M.N. *Pobreza como privação de liberdade: um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.

SILVA, J. S. e BARBOSA, J. L. *Favela, Alegria e Dor na Cidade*, Rio de Janeiro, Senac, 2005.

SILVA, M. L. P.da. *Favelas Cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

VALADARES, L. *A Invenção da Favela. Do Mito de Origem a Favela.com*. Rio de Janeiro, Getúlio Vargas Editora, 2005.